

# VESTÍGIOS DA LÍNGUA ANTIGA NA LÍNGUA MODERNA: A PREPOSIÇÃO *POR* COM VALOR FINAL

## Abstract

*Final por*, used stylistically after *para* had already been established with this value, transmits ambiguity of *motif* and *objective*. This effect is tied to the semantic confusion between *per* and *por*, which, in the 17<sup>th</sup> century, had led to the disappearance of the first form and the establishment of the reinforced form *pera* > *para*, used to introduce *direction* and *finality*.

**Palavras-chave:** *por* final; *per* e *por*; variação e mudança; português arcaico.

A construção “Era um desgraçado, a quem a mulher deixou *por* seguir um peralvilho”, encontrada em “O alienista” (Machado de Assis, 1962: 257) em que *por* aparece com valor final, é um dos múltiplos empregos desta natureza na obra do grande romancista. Nesse conto, pode ainda verificar-se, na mesma frase, o emprego de *por* e de *para*, ambos introduzindo finalidade: “Desde alguns anos que ele forcejava *por* ver o seu nome incluído nos pelouros *para* o sorteio dos vereadores” (p. 272). No mesmo texto, essas preposições podem expressar outras relações semânticas:

### 1. Finalidade e direção- *para*.

(...) de todas as vilas e povoações próximas e até remotas, e da própria cidade do Rio de Janeiro, correu gente *para* assistir às cerimônias, que duraram sete dias. (p.255);

### 2. Causa- *por*.

Os loucos *por* amor eram três ou quatro (p.256);

### 3. Favorecimento- *por*.

– Contai com o meu sacrifício e ficai certos de que a coroa será *por* nós. (p. 274).

Recuando ao século XVII, o mesmo pode ser observado em Vieira. Na carta ao Geral da Companhia de Jesus (Azevedo, L., 1925:3-74), datada de 30 de setembro de 1626, podem-se registrar empregos semelhantes como os transcritos a seguir:

### 4. Favor:

(...) exortava a todos, como verdadeiro prelado e pastor, a pelejarem até a morte *por* sua fé e rei (...). (p. 13)

### 5. Causa:

Não desistiu com isto o holandês; antes, animado com o novo socorro do mar, insistiu com maior força, carregando tanto uns sobre os outros que, não podendo os nossos, *por* estarem já cansados, ter o recontro (...). (p. 17)

### 6. Fim:

Tal foi a misericórdia do nosso Deus que quis então tomar em si a maior parte do castigo, *por* não nos castigar com outro maior, como nossos pecados merecia (p. 20)

### 7. Substituição:

(...) vendo que lhes saía mui caro comprar prata *por* sangue, quiseram antes largá-la que as vidas. (p. 21)

### 8. Meio e Direção:

(...) foi necessário aos Irmãos noviços *por* suas mãos levarem-nas *por* diante, até onde o remédio da necessidade requeria. (p.22-23)

O emprego de *por* na acepção de fim, guarda um caráter ambíguo. A dupla possibilidade de interpretação decorre da convivência de *per* e *por* em etapas mais antigas da língua e é um vestígio da confusão semântica que se estabeleceu entre as duas preposições.

Como essa confusão não se restringe ao Português, supõe-se uma variação já existente no latim românico. Apenas o Francês conservou *par* < *per* e *pour* < *pro*. No latim clássico, *per* e *pro* distinguiam-se semântica e sintaticamente. Regiam casos diferentes, respectivamente acusativo e ablativo. *Per*, indicando o meio, o instrumento, o motivo, além da extensão sobre um espaço e o tempo durante o qual uma ação se completa. *Pro*, a substituição e a intenção, com as significações de ‘em lugar de’, ‘em favor de’, ‘no interesse de’. Exemplos encontrados em textos e inscrições de regiões diferentes do território da România dão testemunho do fato no baixo latim e no latim bárbaro. Num testamento português do século VIII, encontra-se duas vezes numa mesma frase, *per* regendo ablativo: “per illo aroio” e “per illo vado” (Coelho, 1874: 2). A expressão estereotipada “per suos terminos”, comum nas cartas da Península Ibérica do século VIII ao XII, alterna com “pro suis terminis”, às vezes no mesmo texto. (id., ib.: 4, 10 e 42).



O campo semântico é propício à confusão. Muitas vezes não é fácil distinguir-se o motivo (peculiar a *per*) da causa agente (peculiar a *pro*). Esse pode ter sido o ponto de partida para a indecisão no emprego, o que, progressivamente, estendeu-se a outras situações. As combinações de *per* ou de *por* < *pro* + *ad* foram usadas para marcar com mais clareza a finalidade, daí a forma portuguesa antiga *pera* e a castelhana antiga *pora*, esta última também encontrada em pequena escala no Português. Nas cartas da Península Ibérica, correspondentes ao período românico, encontram-se construções com infinitivo regido de *per*, *por* e, também de *per ad* e *pro ad*. A finalidade é uma das significações possíveis para esses giros. O Português deu preferência, nesse caso, às construções com *pera* > *para* e *por*. No século XVII, *per* cedeu lugar definitivamente a *por*, e *pera* a *para*.

Vale a pena acompanhar na história do português a concorrência dessas duas preposições, foneticamente semelhantes, mas com aplicações sintáticas e significações diferentes na sua origem. Os trabalhos clássicos apenas registram a etimologia, o valor semântico e o destino das partículas nas línguas neolatinas. Contribuição importante para o acompanhamento do assunto está no *Dicionário* de Moraes, cuja primeira edição é de 1789: "*Per- Preposição usada dos clássicos, designando o espaço, por onde se passava, ou movia algum corpo; a que hoje se substituiu por (...)*". A seguir, observa que Lucena usa de ambas com a devida distinção e remete a Duarte Nunes do Leão, na *Ortografia* onde "*ensina bem a diferença de per e por.*" A *Ortografia* é de 1567. Na Regra X, Leão condena com veemência a confusão que se faz entre *per* e *por* e ensina os limites de uso de cada uma das partículas, em consonância com a sintaxe latina. Pode-se inferir, a partir de Moraes que *per* já saíra de circulação no século XVIII e, pela atitude de Leão, não fica claro se havia preferência por uma ou outra no século XVI. Pode-se admitir, por hipótese, que ainda existia variação no português seiscentista e que, no século seguinte, a mudança já deveria estar implementada.

A leitura de textos cartoriais e de legislação antiga (século XIII) revela predominância marcante das ocorrências de *per* sobre as de *por* que, com exceção de empregos dos *Foros de Castelo Rodrigo* (Cintra, L.F.L., 1984) estavam, na maioria, em consonância com a tradição latina. Examinando em separado a versão portuguesa do testamento de D. Afonso II, escrito originariamente em latim, nota-se: 1. conformidade quase absoluta com a sintaxe latina; 2. ambigüidade entre meio e causa; 3. tendência discreta a substituir *per* pela preposição *por* e 4. uma (1) ocorrência de *pora* e nenhuma de *pera*. Tratando-se de fase da língua de que só existem dados escritos, fica difícil saber até que ponto o grau de formalidade interferiu na expressão lingüística. Na linguagem cartorial, sem dúvida, há fórmulas e giros mais ou menos estereotipados que se prendem ao latim bárbaro. Nas suas características gerais, esses textos apresentam um prolongamento da situação observada no latim bárbaro.

Aproveitando um *corpus* organizado para outro trabalho sobre o mesmo assunto (Bomfim., 1992), farei aqui alguns comentários sobre a concorrência de *per* e *por*, antes e depois do século XVI, com o intuito de verificar o estado da variação e de reconhecer os fatores que propiciaram a confusão e posterior supressão de uma das preposições. Foi observado no início dessas reflexões que, no latim, as duas partículas em estudo, introduziam termos que expressavam relações semânticas diferentes, diferenciadas também sintaticamente pelo caso. Viu-se, também, que no baixo latim várias combinações podiam ser encontradas, levando à conclusão de que teria havido uma ruptura entre sintaxe e semântica, compatível com o enfraquecimento do sistema de casos. Assim, a proposta inicial é verificar até que ponto o uso nos textos portugueses desviasse do modelo latino e, a seguir, acompanhar comparativa e cronologicamente as preferências e os tipos de emprego de uma e outra partícula.

Com referência aos séculos XIV e XV, restrinjo-me aos dados da *Demanda do Santo Graal* (DSG) e do *Orto do Esposo* (OE), obras representativas da língua de sua época, escritas em linguagem formal. A primeira, narrativa inserida no ciclo arturiano, é tradução do francês, realizada, provavelmente no fim do século XIII ou começo de XIV e copiada sucessivamente nos séculos XIV e XV. O OE é exemplo de literatura didática, de cunho místico e religioso. É um texto longo, redigido originariamente em português, possivelmente localizado no fim do século XIV ou começo do XV. Os dados destes dois textos revelaram um desvio pouco representativo do modelo latino, do mesmo modo que os textos cartoriais e o testamento de D. Afonso II.

Na DSG, observa-se freqüência representativa da construção *por* + infinitivo com valor final, preferencialmente ao uso de *pera*, que só ocorre indicando direção. A preposição *contra*, outra que sofreu restrição semântica na história do português, também é encontrada nessa acepção.

Podem servir de exemplo:

#### 9. Finalidade: *por* –

(...) *Nosso Senhor me enviou i por lhe acorrer* (...) (DSG: 71).

#### 10. Direção: *pera*–

*Ela foi logo pera el e salvô-o* (ibidem: 3)

#### 11. Direção: *contra*–

(...) *Evalac foi preso e desbaratado e levado contra ua furesta* (...) (ibidem: 69).

No OE, a finalidade é preferencialmente expressa por *pera* + infinitivo ou *pera* + nome.

12. *Eu, muy pecador e nõ digno de todo be, [ es ] creuy este liuro pera proueito e spiritual diletaçom de todollos simlezes, fiees de Jhesu Christo, e spicialmente pera prazer e consolaçõ da alma de ty minha jrmãa* (...) *pera leerese* (...). (OE: 1)

Felizmente, o que nem sempre é possível, há um texto em linguagem informal que pode fornecer



dados para comparação com os resultados acima apresentados. Trata-se de uma coletânea de receitas culinárias que constam do manuscrito I-E-33, da Biblioteca Nacional de Nápoles, a qual conta com duas edições. Uma, brasileira, que leva o título de *Um tratado de cozinha do século X*. Outra, portuguesa, intitulada *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Foi utilizada a edição brasileira. A análise das ocorrências confirma o distanciamento entre linguagem formal e informal. Há uma maioria esmagadora de empregos de *por*, em conformidade com o uso atual (96.5%), a não ser quando seguido de infinitivo com valor final e apenas 3.5% de *per*, assim mesmo em construções que repetidamente aparecem nas receitas com *por*. As ocorrências de *pera* são bastante numerosas, numericamente equivalentes às de *por*. A fonte de dados é de pequena proporção, mas significativa. A análise leva à conclusão de que na linguagem informal a mudança está praticamente concluída. O caráter conservador da linguagem formal pode dever-se a uma ação policiadora, decorrente, talvez, de um maior contacto com a língua latina, insuficiente, no entanto, para conter a variação. Curioso é observar que, no século XVI, mesmo os textos que seguem de perto o modelo latino, não passariam pelo crivo da Regra X da *Ortografia* de Leão, incluídos aí os textos das gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540). Nenhum dos dois gramáticos tratou dessas duas preposições, mas seus trabalhos podem ser fonte de dados para o assunto em estudo, como se vê no quadro resumitivo, a seguir:

PER E POR NAS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS

	Por=pe r	T de por	Per=po r	T de per	Pera	Para
O	33	76	-	03	06	19
B	26	99	06	106	41	O2

O- Fernão de Oliveira

B- João de Barros

Barros é mais conservador do que Oliveira. Neste último a substituição de *per* está em estágio bem avançado. O mesmo observa-se com relação a *para* substituindo *pera*.

Como textos literários representativos do início do século XVI, selecionei quatro autos de Gil Vicente (Buescu, 1983), cujas datas de apresentação oscilam de 1508 a 1527: *Quem tem farelos?*; *Farsa do Velho da Horta*; *Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela* e *Auto da Feira*. A escolha do autor justifica-se pelo fato de que sua linguagem é considerada arcaizante em relação à época e propositadamente adequada ao nível social dos personagens. Nota-se predomínio de ocorrências de *por* sobre *per* (80% e 20%, respectivamente) e de *pera* sobre *para* (91% e 9%). As ocorrências de *per* em Gil Vicente compõem, na maioria, expressões estereotipadas que se repetem em mais de um auto: 'per mercê', 'per hi', 'per via', 'per nenhum modo', 'per maneira'.

Como mais um elemento de informação sobre o estado da variação na primeira metade do sécu-

lo XVI, foram analisados dados do prólogo e dos seis primeiros capítulos do *Esmeraldo de situ orbis* (Pereira, 1905), texto provavelmente escrito entre 1505 e 1521. Nesta amostragem, num total de 65 ocorrências de *por*, 35 são empregos próprios de *per*; há 10 ocorrências de *per* conforme o modelo latino, mas não há registro dessa preposição com valor de *por*. Quanto a *pera* e *para* há um equilíbrio, 07 ocorrências da primeira e 06 da segunda.

Comparando-se os percentuais obtidos a partir dos dados do *Tratado de cozinha portuguesa* (TCP), de Oliveira (O), de Barros (B), de Gil Vicente (GV) e do *Esmeraldo de situ orbis* (ESO), tem-se:

PERCENTUAIS

	por	per	pera	Para
TCP	96,50	3,50	00	100
O	96,20	3,80	24,00	76,00
B	48,30	51,70	95,34	4,66
GV	80,38	19,62	90,75	9,25
ESO	86,67	13,33	53,85	46,15

A comparação desses dados confirma a tendência de expansão de *por*, já observada na amostra de linguagem informal do século XV e aponta para a tendência de substituição de *pera* por *para*. Com relação aos nossos primeiros gramáticos, nota-se que a expressão lingüística de Oliveira está mais próxima da linguagem informal e menos presa a normas gramaticais, apesar de ele ser um erudito. Barros é bastante conservador, característica também presente na sua obra literária. Preocupa-se com a correção da linguagem e, sem ser um reacionário, deixa transparecer a ação da norma culta sobre a mudança em curso.

A título de curiosidade, resolvi levantar os percentuais das ocorrências das duas preposições em *Os Lusíadas*, cuja primeira edição é de 1572, tomando como base o *Índice Analítico do Vocabulário de Os lusíadas*, de A. G. Cunha. Os dados confirmaram que a substituição está praticamente concluída (99,37 % contra 0,62 %). Em contrapartida, há 98.22 % de ocorrências de *pera* e apenas 1,77 % de *para*. Esses resultados reforçam o caráter dogmático e latinizante da Regra X da *Ortografia*, publicada quatro anos depois da epopéia de Camões.

A hipótese formulada inicialmente confirma-se pela análise dos dados. Com relação a *per* e *por*, conclui-se que a substituição já estava efetivada na segunda metade do século XVI. Quanto a *pera* e *para*, a mudança só se concretizou no século XVII. A leitura de textos seiscentistas não revelou ocorrências de *per*, mas são encontrados empregos de *pera*, (94,73 %) em excertos de Frei Bernardo de Brito, do início do século, integrantes da publicação *Os Histórias de Alcobaca*, Lisboa, Clássica, 1943. O emprego de *por* na acepção de finalidade é freqüente e alterna com *para* / *pera*. Os giros com *por*, indicando finalidade, conservam alguma ambigüidade entre causa e fim. Utilização estilística deste efeito,



combinando alternadamente *por* e *para*, observa-se em um soneto do século XVII, incluído nas *Obras Completas* de Gregório de Matos, organizada pela Academia Brasileira de Letras, transcrito a seguir.<sup>1</sup>

#### BUSCANDO A CRISTO<sup>2</sup>

A vós correndo vou, braços sagrados,  
Nessa cruz sacrossanta descobertos,  
Que para receber-me, estais abertos,  
E, por não castigar-me, estais cravados.

A vós, divinos olhos, eclipsados  
Pois, para perdoar-me, estais despertos,  
De tanto sangue e lágrimas cobertos,  
E, por não condenar-me, estais fechados.

A vós, pregados pés, por não deixar-me,  
A vós, sangue vertido, para ungir-me,  
A vós, cabeça baixa, pra chamar-me.

A vós, lado patente, quero unir-me,  
A vós, cravos preciosos, quero atar-me,  
Para ficar unido, atado e firme.

(Atribuído a Gregório de Matos)

Os fatos analisados permitem afirmar que o fator semântico foi determinante na mudança. A confusão inicial permitiu que *por* fosse assumindo o lugar de *per* até substituí-lo totalmente. O surgimento de formas reforçadas deve-se ao enfraquecimento semântico das formas simples. É o caso de *per* + *ad* > *pera* e *pro* + *ad* > *pora*, em que a segunda preposição marca a direção. Os elementos aglutinados passam a valer como um todo, perdendo a transparência semântica. Na convivência das novas formas com as antigas, estas tendem a desaparecer ou a especializar-se. Na concorrência de *pera* com *por* esta última restringe-se semanticamente e, na acepção de finalidade, é substituída gradativamente pela primeira. Ainda gostaria de chamar a atenção para o fato de que as formas aglutinadas com *per* (*para* < *pera* e *pelo*(a)) suplantaram as concorrentes formadas com *por*. Isso indica que aquelas formas já estavam gramaticalizadas antes do desaparecimento de *per*.

No que toca à construção que serviu de pretexto a essas reflexões, tenho a dizer que, entre outros, Machado de Assis soube aproveitá-la com maestria, como um elemento favorecedor da ambigüidade que tão bem soube manipular.

#### Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, J.L. *Cartas do Padre António Vieira*. Tomo I. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.
- BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*, 3ª ed., organizada por J. P. Machado. Lisboa, 1957.
- BOMFIM, E. As preposições *per* e *por* no português arcaico. In: *Anais do I Congresso da ASSEL-RIO*. Rio de Janeiro, 1992.
- BUESCU, M.L.C. *Compilação de totais obras de Gil Vicente*. Lisboa, Casa da Moeda, 1983.
- CINTRA, L.F.L. *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa, Casa da Moeda, 1984/.
- COELHO, F.A. *Questões de Língua Portuguesa*. Segunda parte. Porto/Braga, Livraria Internacional, 1874.
- CUNHA, A.G. *Índice analítico do vocabulário de Os Lusíadas*. 3 vol. Rio de Janeiro, INL, 1966.
- GOMES FILHO, A. *Um tratado de cozinha do século XV*. Edição fac-similar, leitura diplomática, leitura moderna e índice de vocábulos. Rio de Janeiro, INL, 1963.
- LEÃO, D.N. do. *Origem e Ortografia da língua portuguesa*. Nova edição de acordo com a de 1784. Lisboa, Panorama, 1884.
- MACHADO DE ASSIS. *Obra Completa*. Vol. II. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1962.
- MAGNE, A. *Demanda do Santo Graal*. Reprodução fac-similar e transcrição do códice 2584 da Biblioteca Nacional de Viena. Vol. I. Rio de Janeiro. INL, 1955.
- MALER, B. *Orto do Esposo*. 2 vols. Edição crítica. Rio de Janeiro, INL, 1956.
- MANUPPELA, G. *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Prólogo, leitura, notas aos textos, glossário e índices. Lisboa, Casa da Moeda /1986/.
- MORAES, A.. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Edição comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil, fac-simile da 2ª ed. ( 1813 ), sob a direção de Laudelino Freire. Rio de Janeiro, Revista de Língua portuguesa, 1922.
- OLIVEIRA, F. de. *Grammatica*. Apreciação – Texto reproduzido do da 1ª. ed. (1536), por Olmar Guterres da Silveira. Rio de Janeiro, 1954. ( Tese apresentada a Concurso para provimento de uma cadeira de Português do Colégio Pedro II ).
- PEREIRA, D.P. *Esmeraldo de situ orbis*. Reprodução anastática da ed. crítica anotada por A. Epiphany da Silva Dias. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905.

<sup>1</sup> Clóvis Monteiro em *Esboços de História Literária*, Rio de Janeiro, Acadêmica, 1961, p. 67-70 faz longa explanação sobre a autoria deste soneto, questionando que seja de Gregório de Matos.

<sup>2</sup> Durante os debates que seguiram a apresentação de trabalhos da Mesa Redonda "A contribuição de Sílvia Elia para a Linguística Brasileira", na VII JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE, A Profª Sônia Bastos, da UFBA observou que as ocorrências de *por* no soneto precedem construções negativas, fato que acentua o caráter ambíguo deste tipo de emprego da preposição.